

Jornal Oficial

da União Europeia

C 220

49.º ano

Edição em língua
portuguesa

Comunicações e Informações

13 de Setembro de 2006

<u>Número de informação</u>	<u>Índice</u>	<u>Página</u>
	I <i>Comunicações</i>	
	Comissão	
2006/C 220/01	Taxas de câmbio do euro	1
2006/C 220/02	Autorização de auxílios concedidos pelos Estados no âmbito das disposições dos artigos 87.º e 88.º do Tratado CE — A respeito dos quais a Comissão não levanta objecções ⁽¹⁾	2
2006/C 220/03	Comunicação da Comissão relativa à data de aplicação dos protocolos sobre as regras da origem que prevêem a acumulação diagonal entre a Comunidade, a Argélia, a Bulgária, o Egipto, as Faroé, a Islândia, Israel, a Jordânia, o Líbano, Marrocos, a Noruega, a Roménia, a Suíça (incluindo o Listens-taine), a Síria, a Tunísia, a Turquia e a Cisjordânia e a Faixa de Gaza	5
2006/C 220/04	Publicação das medidas de auxílio estatal no sector dos transportes existentes nos novos Estados-Membros ⁽¹⁾	7
2006/C 220/05	Procedimento de informação — Regras técnicas ⁽¹⁾	13

PT

⁽¹⁾ Texto relevante para efeitos do EEE

I

(Comunicações)

COMISSÃO

Taxas de câmbio do euro ⁽¹⁾

12 de Setembro de 2006

(2006/C 220/01)

1 euro =

Moeda	Taxas de câmbio	Moeda	Taxas de câmbio		
USD	dólar americano	1,2709	SIT	tolar	239,59
JPY	iene	149,49	SKK	coroa eslovaca	37,568
DKK	coroa dinamarquesa	7,4606	TRY	lira turca	1,8779
GBP	libra esterlina	0,67850	AUD	dólar australiano	1,6870
SEK	coroa sueca	9,2290	CAD	dólar canadiano	1,4227
CHF	franco suíço	1,5795	HKD	dólar de Hong Kong	9,8866
ISK	coroa islandesa	90,29	NZD	dólar neozelandês	1,9815
NOK	coroa norueguesa	8,2950	SGD	dólar de Singapura	2,0068
BGN	lev	1,9558	KRW	won sul-coreano	1 219,30
CYP	libra cipriota	0,5764	ZAR	rand	9,3850
CZK	coroa checa	28,423	CNY	yuan-renminbi chinês	10,0992
EEK	coroa estoniana	15,6466	HRK	kuna croata	7,3868
HUF	forint	274,31	IDR	rupia indonésia	11 631,28
LTL	litas	3,4528	MYR	ringgit malaio	4,670
LVL	lats	0,6961	PHP	peso filipino	64,091
MTL	lira maltesa	0,4293	RUB	rublo russo	34,0380
PLN	zloti	3,9802	THB	baht tailandês	47,614
RON	leu	3,5171			

(¹) Fonte: Taxas de câmbio de referência publicadas pelo Banco Central Europeu.

Autorização de auxílios concedidos pelos Estados no âmbito das disposições dos artigos 87.º e 88.º do Tratado CE

A respeito dos quais a Comissão não levanta objecções

(2006/C 220/02)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

Data de adopção: 20.3.2006

Número do auxílio: N 02/2006

Estado-Membro: Alemanha

Título: FuE-Programm «Biologische Forschung und Technologie»

Base jurídica: Bundeshaushaltsplan 2005, Einzelplan 30

Tipo de auxílio: Regime de auxílios

Objectivo: Investigação e desenvolvimento

Forma do auxílio: Subvenção directa

Orçamento: 1 013 700 000 EUR

Intensidade máxima do auxílio: 100 %

Duração: 1.1.2006-31.12.2010

Sectores da economia: Todos os sectores

Identificação e endereço da entidade que concede o auxílio:

Bundesministerium für Bildung und Forschung
Dienstsitz Bonn
Heinemannstr. 2
D-53175 Bonn

Dienstsitz Berlin
Hannoversche Straße 28-30
D-10115 Berlin

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado(s) dos respectivos dados confidenciais, está disponível no site:

http://ec.europa.eu/community_law/state_aids/

Data de adopção da decisão: 7.6.2006

Número do auxílio: N 31/2005

Estado-Membro: Reino Unido

Título: Individual R&D aid to Talisman Energy (UK) Ltd for renewable and sustainable energy — Deepwater offshore wind-mill farm

Base jurídica: Science and Technology Act of 1965

Tipo de auxílio: Auxílio individual

Objectivo: Investigação e desenvolvimento

Forma do auxílio: Subvenção directa

Orçamento: 6 000 000 GBP

Intensidade: 21,7 %

Duração: 2005-2009

Sectores da economia: Distribuição de electricidade, gás e água

Identificação e endereço da entidade que concede o auxílio: UK Department for Trade and Industry

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado(s) dos respectivos dados confidenciais, está disponível no site:

http://ec.europa.eu/community_law/state_aids/

Data de adopção: 20.3.2006

Número do auxílio: N 66/2006

Estado-Membro: Reino Unido (Scotland)

Título: Scottish R&D Scheme

Base jurídica: Scottish Executive — Science and Technology Act 1965; Scottish Enterprise and Highlands & Islands Enterprise — Enterprise and New Towns (Scotland) Act 1990, as amended by Scottish Statutory Instrument 2001 No 126

Tipo de auxílio: Regime de auxílios

Objectivo: Investigação e desenvolvimento

Forma do auxílio: Subvenção directa

Orçamento: 35 800 000 GBP

Intensidade máxima do auxílio: 75 %

Duração: 1.4.2006-31.3.2008

Sectores da economia: Todos os sectores

Identificação e endereço da entidade que concede o auxílio:

Scottish Executive
Victoria Quay
Edinburgh
EH6 6QQ
United Kingdom

Scottish Enterprise
5 Atlantic Quay
150 Broomielaw
Glasgow
G2 8LU
United Kingdom

Highlands & Islands Enterprise
Cowan House
Inverness Retail & Business Park
Inverness
IV2 7GF
United Kingdom

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado(s) dos respectivos dados confidenciais, está disponível no site:

http://ec.europa.eu/community_law/state_aids/

Data de adopção: 11.7.2006

Número do auxílio: N 141/2006

Estado-Membro: Reino Unido

Título: R&D for Renewables and Sustainable Energy: Fuel Cells, Hydrogen, & Carbon Abatement Technology Demonstration Programme (prolongation)

Base jurídica: Science and Technology Act (1965)

Tipo de auxílio: Regime de auxílios

Objectivo: Investigação e desenvolvimento

Forma do auxílio: Subvenção directa

Orçamento: 21,5 milhões de GBP por ano

Intensidade máxima do auxílio: 25 %, 50 %, 100 %

Duração: 31.3.2010

Sectores da economia: Todos os sectores

Identificação e endereço da entidade que concede o auxílio:

Department of Trade and Industry
1 Victoria Street
London SW1H 0ET
United Kingdom

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado(s) dos respectivos dados confidenciais, está disponível no site:

http://ec.europa.eu/community_law/state_aids/

Data de adopção: 11.7.2006

Número do auxílio: N 355/2006

Estado-Membro: Itália (Marche)

Título: Proroga del regime N. 299/2006 — Sostegno alla capitalizzazione delle cooperative

Base jurídica: Articolo 3 della Legge regionale 5/2003

Tipo de auxílio: Regime de auxílios

Objectivo: Capital de risco

Forma do auxílio: Concessão de capital de risco

Orçamento: 10 000 000 EUR

Duração: 31.12.2008

Sectores da economia: Todos os sectores

Identificação e endereço da entidade que concede o auxílio:

Regione Marche
Servizio programmazione bilancio e politiche comunitarie
Via Tiziano 44
Ancona (Italia)

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado(s) dos respectivos dados confidenciais, está disponível no site:

http://ec.europa.eu/community_law/state_aids/

Data de adopção: 9.6.2006

Número do auxílio: N 528/2005

Estado-Membro: Polónia

Título: Badania przemysłowe i rozwój przedkonkurencyjny

Base jurídica: Ustawa z dnia 8.10.2004 r. o zasadach finansowania nauki

Tipo de auxílio: Regime de auxílios

Objectivo: Investigação e desenvolvimento

Forma do auxílio: Subvenção directa

Orçamento: 515 000 000 EUR

Intensidade máxima do auxílio: 75 %, 50 %

Duração: 31.12.2013

Sectores da economia: Todos os sectores

Identificação e endereço da entidade que concede o auxílio:

Minister Nauki i Informatyzacji
ul. Wspólna 1/3
PL-00-529 Warszawa

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado(s) dos respectivos dados confidenciais, está disponível no site:

http://ec.europa.eu/community_law/state_aids/

Data de adopção: 19.1.2006

Número do auxílio: N 592/2005

Estado-Membro: Letónia

Título: Riska kapitāla finansēšana maziem un vidējiem uzņēmumiem

Base jurídica: Vienotais programmdokuments Latvijai laika posmā no 2004.-2006. gadam un Programmas papildinājums vienotajam programmdokumentam Latvijai laika posmā no 2004.-2006. gadam.

Objectivo: Capital de risco (Todos os sectores)

Orçamento: 10 300 000 LVL

Intensidade máxima do auxílio: 70 %

Duração: 31.12.2006

Sectores da economia: Todos os sectores

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado(s) dos respectivos dados confidenciais, está disponível no site:

http://ec.europa.eu/community_law/state_aids/

Data de adopção: 25.1.2006

N.º do auxílio: N 605/2005

Estado-Membro: Espanha (Comunidade de Madrid)

Denominação: Auxílio para a aquisição de veículos de transporte público adaptados a pessoas com mobilidade reduzida

Objectivo: Permitir o uso dos transportes públicos a pessoas com mobilidade reduzida

Base jurídica: Orden de la Consejería de Obras Públicas, Urbanismo y Transportes de la Comunidad de Madrid por la que se aprueban las bases reguladoras de ayudas para la adquisición de vehículos de transporte público adaptados a personas con movilidad reducida

Orçamento: 250 000 EUR por ano, 1,25 milhões de EUR no total

Duração: 2006-2010

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado(s) dos respectivos dados confidenciais, está disponível no site:

http://ec.europa.eu/community_law/state_aids/

Comunicação da Comissão relativa à data de aplicação dos protocolos sobre as regras da origem que prevêem a acumulação diagonal entre a Comunidade, a Argélia, a Bulgária, o Egipto, as Faroé, a Islândia, Israel, a Jordânia, o Líbano, Marrocos, a Noruega, a Roménia, a Suíça (incluindo o Listenstaine), a Síria, a Tunísia, a Turquia e a Cisjordânia e a Faixa de Gaza

(2006/C 220/03)

Para efeitos da instituição da acumulação diagonal de origem entre a Comunidade, a Argélia, a Bulgária, o Egipto, as Faroé, a Islândia, Israel, a Jordânia, o Líbano, Marrocos, a Noruega, a Roménia, a Suíça (incluindo o Listenstaine), a Síria, a Tunísia, a Turquia e a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, a Comunidade e os países em questão comunicam entre si, por intermédio da Comissão Europeia, as regras de origem em vigor relativamente aos outros países.

O quadro infra, elaborado com base nos dados comunicados pelos países em questão, apresenta a situação dos protocolos sobre as regras de origem que prevêem a acumulação diagonal, indicando a data de aplicação da referida acumulação. Este quadro substitui o anterior (JO C 187 de 10.8.2006).

Recorda-se que a acumulação só pode ser aplicada se os países de produção final e de destino final tiverem concluído acordos de comércio livre, com as mesmas regras de origem, com todos os países que participam na obtenção do carácter de produto originário, isto é, com todos os países de onde são originárias todas as matérias utilizadas. As matérias originárias de um país que não tenha concluído um acordo com os países de produção final e de destino final serão consideradas matérias não originárias. As Notas Explicativas relativas aos protocolos pan-euromediterrânicos sobre as regras de origem ⁽¹⁾ contêm exemplos específicos.

Recorda-se igualmente que:

- a Suíça e o Principado do Listenstaine formam uma união aduaneira;
- no Espaço Económico Europeu, formado pela UE, a Islândia, o Listenstaine e a Noruega, a data de aplicação é 1.11.2005.

Os códigos ISO-Alpha-2 dos países enumerados no quadro são os seguintes:

— Argélia	DZ
— Bulgária	BG
— Egipto	EG
— Faroé	FO
— Islândia	IS
— Israel	IL
— Jordânia	JO
— Líbano	LB
— Marrocos	MA
— Noruega	NO
— Roménia	RO
— Suíça	CH
— Síria	SY
— Tunísia	TN
— Turquia	TR
— Cisjordânia e Faixa de Gaza	PS

⁽¹⁾ JO C 16 de 21.1.2006.

Data de aplicação dos protocolos sobre as regras de origem que prevêem a acumulação diagonal na zona pan-euromediterrânica

	EU	DZ	BG	CH (EFTA)	EG	FO	IL	IS (EFTA)	JO	LB	LI (EFTA)	MA	NO (EFTA)	PS	RO	SY	TN	TR
EU				1.1.2006	1.3.2006	1.12.2005	1.1.2006	1.1.2006	1.7.2006		1.1.2006	1.12.2005	1.1.2006				1.8.2006	(¹)
DZ																		
BG																		
CH(EFTA)	1.1.2006					1.1.2006	1.7.2005	1.8.2005				1.3.2005	1.8.2005				1.6.2005	
EG	1.3.2006																	
FO	1.12.2005			1.1.2006				1.11.2005			1.1.2006		1.12.2005					
IL	1.1.2006			1.7.2005				1.7.2005	9.2.2006		1.7.2005		1.7.2005		27.10.2005			1.3.2006
IS(EFTA)	1.1.2006			1.8.2005		1.11.2005	1.7.2005				1.8.2005	1.3.2005	1.8.2005				1.3.2006	
JO	1.7.2006						9.2.2006											
LB																		
LI(EFTA)	1.1.2006					1.1.2006	1.7.2005	1.8.2005				1.3.2005	1.8.2005				1.6.2005	
MA	1.12.2005			1.3.2005				1.3.2005			1.3.2005		1.3.2005					1.1.2006
NO(EFTA)	1.1.2006			1.8.2005		1.12.2005	1.7.2005	1.8.2005			1.8.2005	1.3.2005					1.8.2005	
PS																		
RO							27.10.2005											1.2.2006
SY																		
TN	1.8.2006			1.6.2005				1.3.2006			1.6.2005		1.8.2005					1.7.2005
TR	(¹)						1.3.2006					1.1.2006			1.2.2006		1.7.2005	

(¹) Para as mercadorias abrangidas pela União Aduaneira CE-Turquia, a data de aplicação é 27 de Julho de 2006.

Para as mercadorias não abrangidas pela União Aduaneira CE-Turquia (produtos agrícolas e produtos carboníferos e siderúrgicos), a acumulação diagonal ainda não é aplicável.

Publicação das medidas de auxílio estatal no sector dos transportes existentes nos novos Estados-Membros

(2006/C 220/04)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

Em conformidade com o procedimento definido no Anexo IV, capítulo 3, ponto 4 do Acto de Adesão, a República Checa, a República da Estónia, a República de Chipre, a República da Letónia, a República da Hungria, a República de Malta, a República da Polónia, a República da Eslovénia e a República Eslovaca comunicaram à Comissão as medidas de auxílio estatal que podem ser consideradas como auxílios existentes, na acepção do n.º 1 do artigo 88.º do Tratado CE, até ao final do terceiro ano a contar da data de adesão. A República da Lituânia não informou a Comissão de nenhuma medida desse tipo.

A lista dessas medidas de auxílio estatal, tal como notificadas à Comissão por esses Estados-Membros é/são por este meio publicada(s) na língua oficial do país que a(s) apresentou(aram).

Esta lista, traduzida numa língua de trabalho da Comissão Europeia (EN; DE ou FR), será colocada no seguinte sítio Internet da Comissão Europeia:

http://ec.europa.eu/dgs/energy_transport/state_aid/index_en.htm.

A presente publicação não deve, em circunstância alguma, ser considerada como uma posição oficial da Comissão em relação a estas medidas, em particular quanto à questão de saber se as mesmas cumprem todas as condições definidas pelo Tratado de Adesão ou se são consideradas compatíveis com o Tratado CE.

República Checa

1. Zákon č 409/2001 Sb., o poskytnutí záruky České republiky pro případ odpovědnosti za škodu způsobenou v důsledku válečných nebo teroristických akcí provozem letadla v souvislosti s provozováním letecké dopravy.
2. Bezpečná a ekonomická doprava.
3. Optimalizace dopravní soustavy a její udržitelný rozvoj.
4. Program úspor energie a využití obnovitelných zdrojů v resortu dopravy v roce 2004.
5. Pomoc státu při odstraňování škod vzniklých katastrofální povodní v roce 2002 na majetku subjektů provozujících veřejné přístavy a vnitrozemskou vodní dopravu.
6. Dotace ke krytí ztrát v důsledku plavební nedostatečnosti na Dolním Labi.
7. Příspěvek na ztrátu dopravce z provozu veřejné osobní drážní dopravy.
8. Příspěvek na provoz kombinované dopravy.
9. Podpora obnovy vozidel regionální a městské hromadné dopravy (program 227 620).
10. Úhrada závazků ČD.
11. Splátka jistiny úvěry ČD.
12. Dotace ke krytí ztrát v důsledku plavební nedostatečnosti na Dolním Labi.
13. Státní pomoc při obnově území postiženého povodní 2002 poskytovaná Ministerstvem dopravy (program 227 810 — metro a soukromé subjekty ve vodní dopravě).
14. Obnova dopravní infrastruktury v území postiženého povodní 2002 (program 227 820 — železniční, silniční a vodní cesty).
15. Podpora rozvoje a obnovy letecké dopravní infrastruktury (program 227 510).
16. Příspěvek na provoz drážní infrastruktury.
17. Dotace na činnost zbytkových státních podniků.
18. Podpora výstavby pražského metra (program 327 410).

19. Podpora kombinované dopravy (program 327 530).
20. Podpora rozvoje vodních cest (program 327 520).
21. Podpora pořízení a obnovy železničních kolejových vozidel (program 327 610).
22. Výdaje na financování společných programů EU a ČR.
23. Státní záruka úvěr na soupravy s výkyvnou skříní.
24. Zákon č. 516/2002 Sb. O poskytnutí státní záruky České republiky na zajištění úvěru určeného na financování nákupu železničních vozů, poskytnutého společností EUROFIMA — novelizován zákonem č. 399/2003 Sb.
25. Návrh zákona o poskytnutí státní záruky ČR na zajištění úvěru poskytnutého společností EUROFIMA za účelem financování nákupu železničních kolejových vozidel.
26. Ustanovení § 19 odst. 2) zákona č. 77/2002 Sb. o akciové společnosti České dráhy, státní organizaci Správa železniční dopravní cesty a změně zákona č. 266/1994 Sb. o dráhách, ve znění pozdějších předpisů, a zákona č. 77/1997 Sb. o státním podniku, ve znění pozdějších předpisů.
27. Zákon č. 409/2001 Sb. O poskytnutí státní záruky České republiky pro případ odpovědnosti za škodu způsobenou v důsledku válečných nebo teroristických akcí provozem letadla v souvislosti s provozováním letecké dopravy.

República de Chipre

1. Ειδικό Σύστημα Φορολογίας για τους Πλοιοκτήτες Κυπριακών Πλοίων
2. Ειδικό Σύστημα Φορολογίας Υπηρεσιών Πλοιοδιαχείρισης

República da Estónia

1. Riigi omanduses olevate üldkasutatavate väikesadamate, regionaalsete lennuväljade ja raudteefirmade arendamine.

República da Hungria

1. Fogyasztói árkiegészítés.
2. MÁV Rt. személyszállítási közszolgáltatás támogatása, valamint a vasúti pályák és tartozékaik működtetésének biztosítása.
3. GySEV Rt. személyszállítási közszolgáltatás támogatása, valamint a vasúti pályák és tartozékaik működtetésének biztosítása.
4. MÁV Rt. három vonalának koncesszió keretében történő villamosításához kapcsolódó állami készfizető kezességvállalás.
5. MÁV Rt. járműrekonstrukciós programjának finanszírozására szolgáló EBRD hitelhez kapcsolódó állami garanciavállalás.
6. A MÁV Rt. az Európai Unió által az ISPA program keretében 2000-ben elfogadott vasúti beruházási projektek hazai társfinanszírozásának érdekében az Európai Beruházási Banktól felvett hiteléhez nyújtott állami garanciavállalás.
7. MÁV Rt. gázolajtároló és -feladó berendezései korszerűsítésére felvett beruházási hitelhez kapcsolódó állami készfizető kezességvállalás.
8. A GySEV Rt. vasúti közszolgáltatói tevékenységhez szükséges gördülőállomány fejlesztéséhez, 5 db kétáramrendszerű villamos mozdony megvásárlásához szükséges hitelhez kapcsolódó állami készfizető kezességvállalás (KfW 2001).
9. MÁV Rt. forgóeszközpótló hiteléhez kapcsolódó állami készfizető kezességvállalás (2002).
10. A MÁV Rt. vasúti közszolgáltatói tevékenységhez szükséges gördülőállomány felújításához felvett EUROFIMA-hitelhez kapcsolódó állami egyszerű kezességvállalás (EUROFIMA 2002).
11. MÁV Rt. forgóeszközpótló hiteléhez kapcsolódó állami készfizető kezességvállalás (2003).

12. MÁV Rt. vasúti közszolgáltatói tevékenységhez szükséges gördülőállomány felújításához felvett EUROFIMA-hitelhez kapcsolódó állami egyszerű kezességvállalás (EUROFIMA 2003).
13. MÁV Rt. forgóeszközpótló hiteléhez kapcsolódó állami készfizető kezességvállalás (2004).
14. MÁV Rt. pályavasúti tevékenységéhez és a személyszállítási közszolgáltatáshoz szükséges hitelhez kapcsolódó állami készfizető kezességvállalás.
15. MÁV Rt. vasúti közszolgáltatói tevékenységhez szükséges gördülőállomány felújításához felvett EUROFIMA-hitelhez kapcsolódó állami egyszerű kezességvállalás (EUROFIMA 2004).
16. A MALÉV Rt. regionális flottafejlesztése érdekében felvett EIB hitelhez kapcsolódó állami készfizető kezesség vállalás.
17. A MALÉV Rt. által a Magyar Fejlesztési Bank Rt.-től felvett hátrasorolt hitelhez kapcsolódó állami készfizető kezességvállalás.
18. A Malév Rt.-nek hitelt nyújtó kereskedelmi bankok részére történt komfort levél kiadása.
19. A MALÉV Rt.-nek tulajdonosi támogatás.
20. Budapest Ferihegy Üzemeltető Rt hiteléhez kapcsolódó állami készfizető kezességvállalás.
21. Autóbusz-rekonstrukció.
22. Helyi közforgalmú közlekedés normatív támogatása.
23. A gyorsforgalmi úthálózat és a Széchenyi Plusz Program keretében egyes kiemelt országos közutak fejlesztésének finanszírozásához korábban felvett hosszú lejáratú hitelek nyomán a Nemzeti Autópálya Rt. által a gyorsforgalmi úthálózat, elkerülő és kiemelt közutak fejlesztéséhez felvett hitelekhez kapcsolódó állami készfizető kezességvállalás.
24. Üzemanyag jövedéki adójának visszaigénylési lehetősége a vasúti, vízi és légi szállítás jogszabályban meghatározott területein.
25. Területfejlesztési céllelőirányzat.
26. Munkahelyteremtő és munkahelymegőrző támogatás a foglalkoztatást elősegítő támogatásokról, valamint a Munkaerőpiaci Alapból foglalkoztatási válsághelyzetek kezelésére nyújtható támogatásokról szóló 6/1996. (VII. 16.) MüM rendelet alapján.
27. A pályakezdő munkanélküliek elhelyezkedésének támogatása.
28. Megváltozott munkaképességűek foglalkoztatási támogatása a munkaügyi központok foglalkoztatási rehabilitációs eljárásáról, valamint a megváltozott munkaképességű munkanélküliek foglalkoztatását elősegítő egyes támogatásokról szóló 11/1998. (IV.19.) MüM rendelet alapján.
29. Informatikai, Távközlés-fejlesztési és Frekvenciagazdálkodási Céllelőirányzat.
30. Kis- és középvállalkozói Céllelőirányzat.
31. Turisztikai céllelőirányzat.
32. Beruházás-ösztönzési céllelőirányzat.
33. A Beruházásösztönzési Céllelőirányzat, valamint az Energiafelhasználási Hatékonyság Javítása előirányzat keretében az energiatakarékosági és energiahatékonysági programok támogatási jogcímei.
34. Képzési és beruházási célú felnőttképzési támogatás a Munkaerőpiaci Alap foglalkoztatási alaprész felnőttképzési célú keretéből.
35. Térség- és Település-felzárkóztatási Céllelőirányzat.
36. A vállalkozási övezetek támogatására irányuló céllelőirányzat.
37. Kistérségi támogatási alap céllelőirányzat.
38. Fejlesztési adókedvezmény.
- 39A. Kutatás-fejlesztési és képzési támogatás a Környezetvédelmi és vízügyi céllelőirányzatból.
- 39B. Környezetvédelmi és beruházási támogatás a Környezetvédelmi és vízügyi céllelőirányzatból.
40. Kis- és Középvállalkozási Fejlesztési Tőkebefektetési Program.

41. Terület- és régiófejlesztési céllelőirányzat.
42. Az országos jelentőségű területfejlesztési programokra szolgáló fejezeti kezelésű előirányzatok.
43. GVOP-n belüli kutatás-fejlesztés és innováció.
44. Európa Technológiai Felzárkóztatási Beruházási Hitelprogram.
45. Európa Általános Tőkeprogram.
46. Belvízi Hajózási Alapprogram.
47. Kutatási és Technológiai Innovációs Alap.
48. Kompok, révek fenntartásának, felújításának és fejlesztésének támogatása.
49. Integrál Közforgalmú Személyszállítási Szolgáltatási Szerződés Budapest Főváros Önkormányzata és a BKV Rt. Között.
50. Kombinált fuvarozás fejlesztése.
51. Logisztikai központok fejlesztése.
52. Akadálymentes közlekedés fejlesztése.
53. A Máv Rt. közszolgáltatói tevékenységéhez 40 db könnyű dízel iker motorkocsi beszerzése.
54. A Máv Rt. EU-konform átalakításához történő hozzájárulás.
55. A nemzetközi kombinált fuvarozás elősegítő kezevezmény.

República da Letónia

1. Finansējums, ko piešķir pasažieru pārvadātājiem ar autobusiem.
2. Finansējums, ko piešķir likuma «Par pašvaldībām» 15.panta pirmās daļas 19.punktā noteiktās pašvaldības funkcijas organizēt sabiedriskā transporta pakalpojumus izpildei.
3. Finansējums, ko piešķir pasažieru pārvadājumiem pa dzelzceļu.
4. Tonnāžas nodokļa piemērošana jūras pārvadājumos.
5. Speciāla režīma piemērošana nodokļu apmēra noteiktšanai jūras pārvadājumos nodarbinātajiem.
6. Atbalsts ostas infrastruktūras rekonstrukcijai un attīstībai Skultes ostā.
7. Ventspils ostas rekonstrukcija.
8. Atbalsts ostas infrastruktūras rekonstrukcijai un attīstībai Salacgrīvas ostā .
9. Atbalsts rojas ostas rekonstrukcijai un modernizācijai.
10. Atbalsts Liepā jas ostas dienvidu mola rekonstrukcijai.
11. Valsts garantēts kredīti dzelceļa infrastruktūras attīstībai un pasažieru ritošā sastāva modernizācijai.
12. Starptautiskās lidostas Rīga attīstība.
13. Atbalsts ostas infrastruktūras rekonstrukcijai un attīstībai Rīgas brīvastā.

República de Malta

1. Obblig tas-Servizz Pubbliku — Gozo Channel Co. Ltd.
2. Obblig tas-Servizz Pubbliku — Sea Malta Co. Ltd.

República da Polónia

1. Zwolnienie z opłat z tytułu użytkowania wieczystego gruntów zajętych pod infrastrukturę kolejową.
2. Dofinansowanie obowiązku użyteczności publicznej wykonywanej przez zarządzających lotniskami.
3. Dofinansowanie zakupów sprzętu i urządzeń, niezbędnych dla bezpieczeństwa działalności lotniczej i nadzoru w tym zakresie.

4. Rekompensata dla przedsiębiorstw świadczących kolejowe przewozy pasażerskie z tytułu stosowania ulgowych biletów na przejazdy środkami publicznego transportu zbiorowego dla określonych kategorii pasażerów.
- 5A. Poprawa infrastruktury w portach morskich.
- 5B. Poprawa infrastruktury zapewniającej dostęp do portów morskich od strony morza.
6. Udzielenie dotacji na likwidację linii kolejowych lub współfinansowanie kosztów utrzymania linii kolejowej lub odcinka linii kolejowej niepokrytych przychodami z ich udostępniania.
7. Komerccjalizacja, restrukturyzacja i prywatyzacja przedsiębiorstwa państwowego Polskie Koleje Państwowe (PKP).
8. Organizowanie i dotowanie regionalnych kolejowych przewozów pasażerskich wykonywanych w ramach obowiązku służby publicznej oraz nabywanie kolejowych pojazdów szynowych.
9. Gwarancje spłaty kredytu w łącznej kwocie 200 mln EUR (50 mln EUR i 150 mln EUR) udzielonych przedsiębiorstwu państwowemu Polskie Koleje Państwowe przez Europejski Bank Inwestycyjny na modernizację linii kolejowej E-20.
10. Gwarancja spłaty kredytu udzielonego przedsiębiorstwu państwowemu Polskie Koleje Państwowe przez Międzynarodowy Bank Odbudowy i Rozwoju na finansowanie Pierwszego Projektu w Sektorze Transportowym.
11. Gwarancja spłaty kredytu udzielonego przedsiębiorstwu państwowemu Polskie Koleje Państwowe przez Europejski Bank Inwestycyjny na finansowanie Pierwszego Projektu w Sektorze Transportowym, w części nie objętej kredytem z Międzynarodowego Banku Odbudowy i Rozwoju.
12. Dofinansowanie projektów celowych.
13. Fundusz Żeglugi Śródlądowej.
14. Gwarancja spłaty kredytu udzielonego Zarządowi Morskiego Portu Szczecin — Świnoujście S.A. przez Międzynarodowy Bank Odbudowy i Rozwoju na częściowe finansowanie przedsięwzięcia inwestycyjnego «Projekt modernizacji portu oraz toru wodnego Szczecin — Świnoujście».
15. Pomoc publiczna w formie gwarancji i poręczeń udzielanych przez Skarb Państwa.
16. Restrukturyzacja wiarytelności Skarbu Państwa z tytułu udzielonych poręczeń i gwarancji.
17. Restrukturyzacja niektórych należności publicznoprawnych od przedsiębiorców będących w trudnej sytuacji ekonomicznej.
18. Zaniechanie poboru wpłat z zysku od niektórych jednoosobowych spółek Skarbu Państwa.
- 19A. Zwolnienie z podatku od nieruchomości budowli kolejowych stanowiących całość techniczno-użytkową wraz z instalacjami i urządzeniami, służących do ruchu pojazdów kolejowych, organizacji i sterowania tym ruchem, umożliwiających dokonywanie przewozów osób lub rzeczy — wykorzystywanych wyłącznie na potrzeby publicznego transportu kolejowego, a także zajętych pod nie gruntów.
- 19B. Zwolnienie z podatku od nieruchomości budowli infrastruktury portowej, budowli infrastruktury zapewniającej dostęp do portów i przystani morskich oraz zajętych pod nie gruntów.
- 19C. Zwolnienie z podatku od nieruchomości budynków, budowli i zajętych pod nie gruntów na obszarze części lotniczych lotnisk użytku publicznego.
- 19D. Zwolnienie z podatku dochodowego od osób prawnych dochodów podmiotów zarządzających portami lub przystaniami morskimi w części przeznaczonej na budowę, rozbudowę i modernizację infrastruktury portowej oraz na realizację określonych zadań.
20. Przyspieszona amortyzacja dla taboru morskiego w budowie.
21. Rekompensata dla przedsiębiorców świadczących krajowe autobusowe przewozy pasażerskie z tytułu stosowania ulgowych biletów na przejazdy środkami publicznego transportu zbiorowego dla określonych kategorii pasażerów.
22. Finansowanie budowy autostrad (z zastosowaniem modelu partnerstwa publiczno-prywatnego).
23. Zakup pojazdów kolejowych przeznaczonych do przewozów pasażerskich oraz lokomotyw interoperacyjnych.

24. Pomoc horyzontalna na investicje służące poprawie jakości paliw i technologii silnikowych.
25. Program pomocy regionalnej udzielanej przedsiębiorcom prowadzącym działalność gospodarczą (w tym w sektorze transportu) w specjalnych strefach ekonomicznych.
26. Zwolnienia w zakresie podatków lokalnych.
27. Odraczanie terminu, rozkładanie na raty oraz umarzanie należności publicznoprawnych.
28. Wsparcie procesu prywatyzacji przedsiębiorstw państwowych prowadzących działalność w sektorze transportu.
29. Wsparcie dla przedsiębiorców wykonujących przewozy pasażerskie w transporcie lokalnym związane z realizacją zadań o charakterze użyteczności publicznej.
30. Dotacje na sfinansowanie inwestycji w transporcie zbiorowym.

República da Eslováquia

1. Schéma rozvoja kombinovanej dopravy v Slovenskej republike.
2. Nepeňazný vklad pre Slovenské aerolínie, a.s.
3. Úhrada finančnej straty za realizáciu výkonov vo verejnom záujme pre Železničnú spoločnosť, a.s.
4. Poskytnutie štátnej pomoci formou štátnej záruky za fiduciárny úver organizovaný J. P. Morgan Securities Ltd. vo výške 200 000 000 EUR.
5. Poskytnutie štátnej záruky za úver od Tatra banky, a.s.
6. Štátna pomoc vo forme návratného poskytnutia prostriedkov zo štátnych finančných aktív Slovenskej republiky v objeme 1 300 000 000,- Sk.
7. Poskytnutie štátnej pomoci formou štátnej záruky za fiduciárny úver organizovaný J. P. Morgan Securities Ltd. a Tatra bankou, a.s. vo výške 160 000 000 EUR denominovaných v Sk (6 840 000 000 Sk) a úver od Ludovej banky, a.s. vo výške 2 000 000 000 Sk.
8. Poskytnutie štátnej záruky za úver organizovaný bankovým Konzorciom pod vedením Tatra banky, a.s. vo výške 1.5 mld. Sk
9. Poskytnutie štátnej pomoci formou štátnej záruky za úver od ČSOB, a.s.
10. Úhrada finančnej straty za realizáciu výkonov vo verejnom záujme.
11. Rozpis záväzných ukazovateľov štátneho rozpočtu na rok 2004.
12. Úhrada finančnej straty za realizáciu výkonov vo verejnom záujme pre Slovenskú autobusovú dopravu Nitra, a. s.
13. Úhrada finančnej straty za realizáciu výkonov vo verejnom záujme pre Slovenskú autobusovú dopravu Nitra, a.s.
14. Úhrada finančnej straty za realizáciu výkonov vo verejnom záujme pre Dopravný podnik mesta Žilina s.r.o.
15. FM 2000/SK/16/P/PT/001 «Modernizácia železničnej trate Bratislava–Trnava, úsek Rača–Šenkvice».
16. FM 2001/SK/16/P/PT/003 «Modernizácia železničnej trate Šenkvice — Cífer a staníc Rača — Trnava».
17. FM 2002/SK/16/P/PT/005 «Modernizácia železničnej trate Trnava–Nové Mesto nad Váhom, úsek Trnava–Piešťany».
18. FM 2002/SK/16/P/PA/006 «Odborná pomoc pre prípravu dopravných projektov».
19. FM 2003/SK/16/P/PA/011 Odborná pomoc pre implementačné štruktúry ISPA, sektor doprava.

República da Eslovénia

1. Nadomestilo za prevoze potnikov v notranjem železniškem prometu.
 2. Prestrukturiranje Holdinga Slovenske železnice d.o.o.
 3. Subvencija avtobusnim linijskim prevoznikom.
-

Procedimento de informação — Regras técnicas

(2006/C 220/05)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

Directiva 98/34/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Junho de 1998, relativa a um procedimento de informação no domínio das normas e regulamentações técnicas e das regras relativas aos serviços da sociedade da informação (JO L 204 de 21.7.1998, p. 37; JO L 217 de 5.8.1998, p. 20)

Notificações de projectos nacionais de regras técnicas recebidas pela Comissão

Referência (1)	Título	Fim do prazo de 3 meses do <i>statu quo</i> (2)
2006/0410/NL	Regulamento do ministro dos Assuntos Económicos de ..., n.º... WJZ, contendo algumas isenções no âmbito da Lei da Metrologia (Regulamento das isenções da Lei da Metrologia)	6.11.2006
2006/0411/F	Projecto de Portaria que altera a Portaria de 23 de Dezembro de 1999, alterada, relativa às características do gasóleo e do gasóleo para temperaturas muito baixas	6.11.2006
2006/0412/B	Anteprojecto de lei que altera a Lei dos jogos de azar, dos estabelecimentos de jogos de azar e da protecção dos jogadores, o Código dos impostos equivalentes ao imposto sobre rendimentos, a Lei do incentivo à educação física, à prática do desporto e vida ao ar livre, e da fiscalização de empresas organizadoras de concursos de apostas de jogos desportivos, e a Lei da racionalização do funcionamento e gestão da lotaria nacional	6.11.2006
2006/0413/D	Decreto relativo à correspondência processual electrónica com o Tribunal de Comarca de Stendal em matéria de registo comercial e de registo de cooperativas e sociedades (ERVVO AG SDL)	6.11.2006
2006/0414/GR	Especificações de interfaces de equipamento de rádio 211 — Aparelhos de curto alcance utilizados em sistemas de acesso sem fios, incluindo redes locais via rádio (WAS/RLAN), que funcionam nas bandas de frequência 5 150 — 5 250 MHz, 5 250 — 5 350 MHz, 5 470 — 5 725 MHz, 17,1 — 17,3 GHz	6.11.2006
2006/0415/GR	Monografias gregas sobre medicamentos	6.11.2006
2006/0416/UK	Portaria de 2006 relativa à Lei sobre os Punções, de 1973 (Alteração) (Isenção)	6.11.2006
2006/0417/UK	Regulamentos de 2006 relativo à Lei sobre os Punções, de 1973 (Alteração)	6.11.2006
2006/0418/A	Projecto de decreto do Governo estadual da Caríntia, que declara vinculativas as versões em vigor do Decreto relativo à segurança de ascensores, de 1996 (ASV 1996) e do Decreto relativo à segurança de máquinas (MSV)	6.11.2006
2006/0419/F	Projecto de Portaria relativa à proibição da comercialização e utilização profissional de preparações que contêm talco tremolítico	6.11.2006
2006/0420/UK	IR 2005 — Requisito sobre Interfaces (Reino Unido) n.º 2005 — Sistemas de transmissão em banda larga a operar na faixa de 2400-2483,5 MHz	8.11.2006
2006/0421/UK	IR 2006 — Requisito sobre Interfaces (Reino Unido) n.º 2006 — Sistemas de acesso sem fios (WAS), incluindo RLAN a operar na faixa de 5150-5725 MHz	8.11.2006
2006/0422/UK	IR 2007 — Requisito sobre Interfaces (Reino Unido) n.º 2007 — Serviços fixos de banda larga a operar na faixa de 5725-5850 MHz	8.11.2006
2006/0423/UK	IR 2009 — Requisito sobre Interfaces (Reino Unido) n.º 2009 — Rádio móvel privado a operar nas faixas isentas de licença PMR446 analógica e PMR446 digital	8.11.2006

Referência ⁽¹⁾	Título	Fim do prazo de 3 meses do <i>statu quo</i> ⁽²⁾
2006/0424/UK	IR 2027 — Requisito sobre Interfaces (Reino Unido) n.º 2007 — Rádio da Banda do Cidadão (CB) para utilização no serviço de Rádio da Banda do Cidadão	8.11.2006
2006/0425/UK	IR 2044 — Requisito sobre Interfaces (Reino Unido) n.º 2044 — Espaçamento entre canais de 12,5 kHz e 25 kHz para Serviços Móveis Terrestres	8.11.2006
2006/0426/UK	IR 2066 — Requisito sobre Interfaces (Reino Unido) n.º 2066 — Sistemas de serviço fixo de alta densidade via satélite	8.11.2006
2006/0427/UK	IR 2030 — Requisito sobre Interfaces (Reino Unido) n.º 20300 — Dispositivos de curto alcance	9.11.2006
2006/0428/NL	Alteração II do Regulamento HPA (da Organização Central das Culturas Agrícolas) sobre a verruga negra da batateira, de 2003	9.11.2006
2006/0429/CZ	Projecto de Regulamento Governamental relativo à fixação de valores-limite de emissões e de outras condições para a exploração de outras fontes fixas de poluição atmosférica	9.11.2006

⁽¹⁾ Ano — Número de registo — Estado-Membro.

⁽²⁾ Período durante o qual o projecto não pode ser adoptado.

⁽³⁾ Não há *statu quo* devido à aceitação, pela Comissão, da fundamentação da urgência invocada pelo Estado-Membro autor.

⁽⁴⁾ Não há *statu quo*, porque se trata de especificações técnicas ou outras exigências ou regras dos serviços ligadas a medidas fiscais ou financeiras, na acepção do ponto 11, terceiro travessão do segundo parágrafo, do artigo 1.º da Directiva 98/34/CE.

⁽⁵⁾ Encerramento do procedimento de informação.

A Comissão chama a atenção para o acórdão «CIA Security», proferido em 30 de Abril de 1996 no processo C-194/94 (Colectânea, p. I-2201), nos termos do qual o Tribunal de Justiça considera que os artigos 8.º e 9.º da Directiva 98/34/CE (então 83/189/CEE) devem ser interpretados no sentido de os particulares poderem invocá-los junto do juiz nacional, ao qual compete recusar a aplicação de uma norma técnica nacional que não tenha sido notificada nos termos da directiva.

Este acórdão confirma a Comunicação da Comissão de 1 de Outubro de 1986 (JO C 245 de 1.10. 1986, p. 4).

Assim, o desconhecimento da obrigação de notificação implica a inaplicabilidade das normas técnicas em causa, tornando-as inaplicáveis aos particulares.

Para obter mais informações sobre o procedimento de notificação, contactar:

Comissão Europeia
 DG Empresas e Indústria, Unidade C3
 B-1049 Bruxelles
 e-mail: dir83-189-central@ec.europa.eu

Consultar também o «website»: <http://ec.europa.eu/enterprise/tris/>

Para eventuais informações sobre estas notificações, dirigir-se aos serviços nacionais cuja lista figura a seguir:

LISTA DE DEPARTAMENTOS NACIONAIS RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DA DIRECTIVA 98/34/CE

BÉLGICA

BELNotif

Qualité et Sécurité

SPF Economie, PME, Classes moyennes et Energie

NG III — 4ème étage

boulevard du Roi Albert II/16

B-1000 Bruxelles

[BELNotif

Qualidade e Segurança

SPF Economia, PME, Classes médias e Energia]

Ms Pascaline Descamps

Tel.: (32-2) 277 80 03

Fax: (32-2) 277 54 01

E-mail: pascaline.descamps@mineco.fgov.be

paolo.caruso@mineco.fgov.be

E-mail geral: belnotif@mineco.fgov.be

Site: <http://www.mineco.fgov.be>**REPÚBLICA CHECA***Czech Office for Standards, Metrology and Testing*

Gorazdova 24

P.O. BOX 49

CZ-128 01 Praha 2

Mr Miroslav Chloupek

Director of International Relations Department

Tel.: (420) 224 907 123

Fax: (420) 224 914 990

E-mail: chloupek@unmz.cz

E-mail geral: eu9834@unmz.cz

Ms Lucie Růžičková

Tel.: (420) 224 907 139

Fax: (420) 224 907 122

E-mail: ruzickova@unmz.cz

Site: <http://www.unmz.cz>**DINAMARCA***Erhvervs- og Byggestyrelsen**(National Agency for Enterprise and Construction)*

Dahlerups Pakhus

Langelinie Allé 17

DK-2100 København Ø (ou: DK-2100 Copenhagen OE)

[Serviço de Economia e Habitação]

Mr Bjarne Bang Christensen

Legal adviser

Tel.: (45) 35 46 63 66 (directo)

E-mail: bbc@ebst.dk

Ms Birgit Jensen

Principal Executive Officer

Tel.: (45) 35 46 62 87 (directo)

Fax: (45) 35 46 62 03

E-mail: bij@ebst.dk

Ms Pernille Hjort Engstrøm

Head of Section

Tel.: (45) 35 46 63 35 (directo)

E-mail: phe@ebst.dk

Caixa de correio comum para mensagens de notificação:

noti@ebst.dk

Site: <http://www.ebst.dk/Notifikationer>**ALEMANHA***Bundesministerium für Wirtschaft und Technologie**Referat EA3*

Scharnhorststr. 34 — 37

D-10115 Berlin

[Ministério Federal da Economia e da Tecnologia Departamento XA2]

Ms Christina Jäckel

Tel.: (49-30) 20 14 63 53

Fax: (49-30) 20 14 53 79

E-mail: infonorm@bmwa.bund.de

Site: <http://www.bmwa.bund.de>**ESTÓNIA***Ministry of Economic Affairs and Communications*

Harju str. 11

EE-15072 Tallinn

Mr Karl Stern

Executive Officer of Trade Policy Division

EU and International Co-operation Department

Tel.: (372) 625 64 05

Fax: (372) 631 30 29

E-mail: karl.stern@mkm.ee

E-mail geral: el.teavitamine@mkm.ee

Site: <http://www.mkm.ee>**GRÉCIA***Ministry of Development**General Secretariat of Industry*

Mesogeion 119

GR-101 92 ATHENS

Tel.: (30-210) 696 98 63

Fax: (30-210) 696 91 06

[Ministério do Desenvolvimento
Secretariado-Geral da Indústria]

ELOT

Acharon 313

GR-111 45 ATHENS

Ms Evangelia Alexandri

Tel.: (30-210) 212 03 01

Fax: (30-210) 228 62 19

E-mail: alex@elot.gr

E-mail geral: 83189in@elot.gr

Site: <http://www.elot.gr>

ESPAÑA

S.G. de Asuntos Industriales, Energéticos, de Transportes y Comunicaciones y de Medio Ambiente
D.G. de Coordinación del Mercado Interior y otras PPCC
Secretaría de Estado para la Unión Europea
Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación
 Torres «Ágora»
 C/ Serrano Galvache, 26-4.^a
 E-20033 Madrid
 [Subdirección-Geral dos Assuntos Industriais, Energéticos, de Transportes e Comunicações e do Meio Ambiente
 Direcção-Geral de Coordenação do Mercado Interno e outras Políticas Comunitárias
 Secretaria de Estado dos Assuntos Europeus
 Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação]

Mr Angel Silván Torregrosa
 Tel.: (34-91) 379 83 32

Ms Esther Pérez Peláez
 Conselheiro técnico
 E-mail: esther.perez@ue.mae.es
 Tel.: (34-91) 379 84 64
 Fax: (34-91) 379 84 01

E-mail geral: d83-189@ue.mae.es

FRANÇA

Délégation interministérielle aux normes
Direction générale de l'Industrie, des Technologies de l'information et des Postes (DiGITIP)
Service des politiques d'innovation et de compétitivité (SPIC)
Sous-direction de la normalisation, de la qualité et de la propriété industrielle (SQUALPI)
 DiGITIP 5
 12, rue Villiot
 F-75572 Paris Cedex 12

Ms Suzanne Piau
 Tel.: (33-1) 53 44 97 04
 Fax: (33-1) 53 44 98 88
 E-mail: suzanne.piau@industrie.gouv.fr

Ms Françoise Ouvrard
 Tel.: (33-1) 53 44 97 05
 Fax: (33-1) 53 44 98 88
 E-mail: francoise.ouvrard@industrie.gouv.fr

E-mail geral: d9834.france@industrie.gouv.fr

IRLANDA

NSAI
 Glasnevin
 Dublin 9
 Ireland

Mr Tony Losty
 Tel.: (353-1) 807 38 80
 Fax: (353-1) 807 38 38
 E-mail: tony.losty@nsai.ie

Site: <http://www.nsai.ie/>

ITÁLIA

Ministero dello sviluppo economico
Direzione Generale per lo sviluppo produttivo e la competitività
Ispettorato tecnico dell'industria — Ufficio F1
 Via Molise 2
 I-00187 Roma
 [Ministério das Actividades Produtivas
 Direcção-Geral do Desenvolvimento Produtivo e da Competitividade
 Inspeção Técnica da Indústria — Gabinete F1]

Mr Vincenzo Correggia
 Tel.: (39-6) 47 05 22 05
 Fax: (39-6) 47 88 78 05
 E-mail: vincenzo.correggia@attivaproduttive.gov.it

Mr Enrico Castiglioni
 Tel.: (39-6) 47 05 26 69
 Fax: (39-6) 47 88 78 05
 E-mail: enrico.castiglioni@attivaproduttive.gov.it

E-mail geral: ucn98.34.italia@attivaproduttive.gov.it

Site: <http://www.attivitaproduttive.gov.it>

CHIPRE

Cyprus Organization for the Promotion of Quality
Ministry of Commerce, Industry and Tourism
 13-15, A. Araouzou street
 CY-1421 Nicosia

Tel.: (357) 22 409310
 Fax: (357) 22 754103

Mr Antonis Ioannou
 Tel.: (357) 22 409409
 Fax: (357) 22 754103
 E-mail: aioannou@cys.mcit.gov.cy

E-mail geral: dir9834@cys.mcit.gov.cy

Site: <http://www.cys.mcit.gov.cy>

LETÓNIA

Ministry of Economics of Republic of Latvia
Trade Normative and SOLVIT Notification Division
 SOLVIT Coordination Centre
 55, Brīvības Street
 LV-1519 Riga

Reinis Berzins
 Deputy Head of Trade Normative and SOLVIT Notification Division
 Tel.: (371) 701 32 30
 Fax: (371) 728 08 82

Zanda Liekna
 Senior Officer of Division of EU Internal Market Coordination
 Tel.: (371) 701 32 36
 Tel.: (371) 701 30 67
 Fax: (371) 728 08 82
 E-mail: zanda.liekna@em.gov.lv

E-mail geral: notification@em.gov.lv

LITUÂNIA

Lithuanian Standards Board
T. Kosciuskos g. 30
LT-01100 Vilnius

Ms Daiva Lesickiene
Tel.: (370) 52 70 93 47
Fax: (370) 52 70 93 67

E-mail: dir9834@lsd.lt

Site: <http://www.lsd.lt>

LUXEMBURGO

SEE — Service de l'Energie de l'Etat
34, avenue de la Porte-Neuve B.P. 10
L-2010 Luxembourg
[SEE — Serviço de Energia do Estado]

Mr J. P. Hoffmann
Tel.: (352) 46 97 46 1
Fax: (352) 22 25 24
E-mail: see.direction@eg.etat.lu

Site: <http://www.see.lu>

HUNGRIA

Hungarian Notification Centre —
Ministry of Economy and Transport
Industrial Department
Budapest
Honvéd u. 13-15.
HU-1880

Mr Zsolt Fazekas
Leading Councillor
E-mail: fazekas.zsolt@gkm.gov.hu
Tel.: (36-1) 374 28 73
Fax: (36-1) 473 16 22

E-mail: notification@gkm.gov.hu

Site: <http://www.gkm.hu/dokk/main/gkm>

MALTA

Malta Standards Authority
Level 2
Evans Building
Merchants Street
VLT 03
MT-Valletta

Tel.: (356) 21 24 24 20
Tel.: (356) 21 24 32 82
Fax: (356) 21 24 24 06

Ms Lorna Cachia
E-mail: lorna.cachia@msa.org.mt

E-mail geral: notification@msa.org.mt

Site: <http://www.msa.org.mt>

PAÍSES BAIXOS

Ministerie van Financiën
Belastingdienst/Douane Noord
Team bijzondere klantbehandeling
Centrale Dienst voor In- en uitvoer
Engelse Kamp 2
Postbus 30003
9700 RD Groningen
Nederland
[Ministério das Finanças
Serviço dos Impostos/Alfândega Norte
Grupo «Tratamento especial de clientes»
Serviço Central de Importação e Exportação]

Mr Ebel van der Heide
Tel.: (31-50) 523 21 34

Ms Hennie Boekema
Tel.: (31-50) 523 21 35

Ms Tineke Elzer
Tel.: (31-50) 523 21 33
Fax: (31-50) 523 21 59

E-mail geral:
Enquiry.Point@tiscali-business.nl
Enquiry.Point2@tiscali-business.nl

ÁUSTRIA

Bundesministerium für Wirtschaft und Arbeit
Abteilung C2/1
Stubenring 1
A-1010 Wien
[Ministério Federal da Economia e do Trabalho]

Ms Brigitte Wikgolm
Tel.: (43-1) 711 00 58 96
Fax: (43-1) 715 96 51 ou (43-1) 712 06 80
E-mail: not9834@bmwa.gv.at

Site: <http://www.bmwa.gv.at>

POLÓNIA

Ministry of Economy
Department for Economic Regulations
Plac Trzech Krzyży 3/5
PL-00-507 Warszawa

Ms Barbara H. Kozłowska
Tel.: (48-22) 693 54 07
Fax: (48-22) 693 40 25
E-mail: barbara.kozlowska@mg.gov.pl

Ms Agata Gagor
Tel.: (48-22) 693 56 90

E-mail geral: notyfikacja@mg.gov.pl

PORTUGAL

Instituto Português da Qualidade
Rua Antonio Gião, 2
P-2829-513 Caparica

Ms Cândida Pires
Tel.: (351-21) 294 82 36 ou 81 00
Fax: (351-21) 294 82 23
E-mail: c.pires@mail.ipq.pt

E-mail geral: not9834@mail.ipq.pt

Site: <http://www.ipq.pt>

ESLOVÉNIA

SIST — Slovenian Institute for Standardization
 Contact point for 98/34/EC and WTO-TBT Enquiry Point
 Šmartinska 140
 SLO-1000 Ljubljana
 Ms Vesna Stražišar
 Tel.: (386-1) 478 3041
 Fax: (386-1) 478 3098
 E-mail: contact@sist.si

ESLOVÁQUIA

Ms Kvetoslava Steinlova
 Director of the Department of European Integration,
 Office of Standards, Metrology and Testing of the Slovak Republic
 Stefanovicova 3
 SK-814 39 Bratislava
 Tel.: (421-2) 52 49 35 21
 Fax: (421-2) 52 49 10 50
 E-mail: steinlova@normoff.gov.sk

FINLÂNDIA

Kauppa-ja teollisuusministeriö
 [Ministério do Comércio e da Indústria]
 Endereço para visitantes:
 Aleksanterinkatu 4
 FIN-00171 Helsinki
 e
 Katakatu 3
 FIN-00120 Helsinki
 Endereço para o correio:
 PO Box 32
 FIN-00023 Government
 Ms Leila Orava
 Tel.: (358-9) 16 06 46 86
 Fax: (358-9) 16 06 46 22
 E-mail: leila.orava@ktm.fi
 Ms Katri Amper
 Tel.: (358-9) 16 06 46 48
 E-mail geral: maaraykset.tekniset@ktm.fi
 Site: <http://www.ktm.fi>

SUÉCIA

Kommerskollegium
 (National Board of Trade)
 Box 6803
 Drottninggatan 89
 S-113 86 Stockholm
 [Kommerskollegium
 (Comissão Nacional do Comércio)]
 Ms Kerstin Carlsson
 Tel.: (46-8) 690 48 82 ou (46-8) 690 48 00
 Fax: (46-8) 690 48 40 ou (46-8) 30 67 59
 E-mail: kerstin.carlsson@kommers.se
 E-mail geral: 9834@kommers.se
 Site: <http://www.kommers.se>

REINO UNIDO

Department of Trade and Industry
 Standards and Technical Regulations Directorate 2
 151 Buckingham Palace Road
 London SW1 W 9SS
 United Kingdom
 [Departamento do Comércio e Indústria
 Normas e Regulamentos Técnicos — Direção 2]
 Site: <http://www.dti.gov.uk/strd>
 Mr Philip Plumb
 Tel.: (44-20) 72 15 14 88
 Fax: (44-20) 72 15 13 40
 E-mail: philip.plumb@dti.gsi.gov.uk
 E-mail geral: 9834@dti.gsi.gov.uk
 Site: <http://www.dti.gov.uk/strd>

EFTA — ESA

EFTA Surveillance Authority
 Rue Belliard 35
 B-1040 Bruxelles
 [Autoridade de Fiscalização da EFTA]
 Ms Adinda Batsleer
 Tel.: (32-2) 286 18 61
 Fax: (32-2) 286 18 00
 E-mail: aba@eftasurv.int
 Ms Tuija Ristiluoma
 Tel.: (32-2) 286 18 71
 Fax: (32-2) 286 18 00
 E-mail: tri@eftasurv.int
 E-mail geral: DRAFTTECHREGESA@eftasurv.int
 Site: <http://www.eftasurv.int>
EFTA
Goods Unit
EFTA Secretariat
 Rue Joseph II 12-16
 B-1000 Bruxelles
 [EFTA
 Unidade de Mercadorias
 Secretariado da EFTA]
 Ms Kathleen Byrne
 Tel.: (32-2) 286 17 49
 Fax: (32-2) 286 17 42
 E-mail: kathleen.byrne@efta.int
 E-mail geral: DRAFTTECHREGGEFTA@efta.int
 Site: <http://www.efta.int>

TURQUIA

Undersecretariat of Foreign Trade
General Directorate of Standardisation for Foreign Trade
 İnönü Bulvarı n° 36
 TR-06510
 Emek — Ankara
 [Subsecretariado do Comércio Externo
 Direção-Geral de Normalização para o Comércio Externo]
 Mr Mehmet Comert
 Tel.: (90-312) 212 58 98
 Fax: (90-312) 212 87 68
 E-mail: comertm@dtm.gov.tr
 Site: <http://www.dtm.gov.tr>